



**LICITAÇÃO Nº. 115/2012/SSPJ – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO**

**FFA**

PROCESSO: 201100002001722

DATA DA REALIZAÇÃO: **22 de outubro de 2012, às 10 horas (Horário de Brasília).**

LOCAL: Sala da CPL/SSP, à Avenida Anhanguera, nº. 7.364 - Setor Aeroviário – Goiânia-GO.

ÓRGÃO SOLICITANTE: Polícia Militar do Estado de Goiás - PMGO.

RECURSO: Fonte 20 – Recursos Diretamente Arrecadados – FUNESP.

**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**  
**Art. 5º do Decreto Estadual nº. 7.466/2011**

### **1 – PREÂMBULO**

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás (SSPJ-GO), através de seu Secretário, determinam abertura do procedimento licitatório a ser realizado pelo Pregoeiro/SSPJ, usando a competência delegada na Portaria nº. 766/2012 - Gab. Sec. de 10/07/2012, torna público que se encontra aberta, nesta unidade, a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, a ser realizada em sessão pública, oriunda do processo nº. 201100002001722, objetivando a **Aquisição de Microcomputador e Nobreak para o Comando de Correições e Disciplina da Polícia Militar do Estado de Goiás - PMGO**. O presente certame será regido pelo Decreto Estadual nº. 7.468 de 20 de outubro de 2.011, Decreto Estadual nº. 7.466 de 18 de outubro de 2.011 e subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Federal nº. 8.666, de 23 de junho de 1993, com alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Este Edital está disponível aos interessados no endereço do preâmbulo acima, e publicado no site [www.comprasnet.goias.gov.br](http://www.comprasnet.goias.gov.br) a disposição das empresas cadastradas no CADFOR - Cadastro de Fornecedores gerenciado pela Superintendência de Suprimento e Logística - SUPRILOG.

### **2 – OBJETO**

2.1 - Constitui objeto da presente licitação a **Aquisição de Microcomputador e Nobreak para o Comando de Correições e Disciplina da Polícia Militar do Estado de Goiás - PMGO**.

2.2 – “Cota Principal” – Os Itens 01 e 03 estão abertos para a participação de todos os interessados que se enquadrem na condição de “Microempresa – ME” ou “Empresa de Pequeno Porte – EPP” e que militem no ramo de atividade referente ao objeto licitado.

2.3 – “Cota Reservada” - Ficam reservados os Itens 02 e 04 para as “Microempresas – ME” que militem no ramo de atividade referente ao objeto licitado, sem prejuízo da sua participação quanto ao restante, em conformidade ao parágrafo único, art. 5º do Decreto Estadual nº. 7.466/2011.

### **3 – DO LOCAL, DATA E HORA**

3.1. O Pregão Eletrônico nº 115/2012 será realizado em sessão pública, através do sítio [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br), no dia **22 de outubro de 2012 a partir das 10 horas**, mediante condições de segurança criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

3.2. As Propostas Comerciais deverão ser cadastradas, através do sítio [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br), no período compreendido **entre as 10 horas e 11 horas do dia 22 de outubro de 2012**.

3.3. A 1ª etapa da fase competitiva (lances) terá início no dia **22 de outubro de 2012 às 11 horas e terá duração de 10 (dez) minutos**.



**3.4. A 2ª etapa da fase competitiva (lances) terá início no dia 22 de outubro de 2012 às 11 horas e 10 minutos e será encerrada com o fechamento aleatório.**

3.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

3.6. Todas as referências de tempo contidas neste Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas do Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

#### **4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1 - Poderão participar da presente licitação todos quantos militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, e estiverem devidamente credenciados perante o sistema [www.comprasnet.goias.gov.br](http://www.comprasnet.goias.gov.br) e forem **Microempresa - ME** ou **Empresa de Pequeno Porte - EPP**, nos termos do art. 5º do Decreto Estadual 7.466/2011.

**4.1.1 – “Cota Principal” - Para os Itens 01 e 03 poderão participar todas as empresas que estejam enquadradas como “Microempresa – ME” ou “Empresa de Pequeno Porte – EPP”, nos termos do Art. 5º, do Decreto Estadual nº 7.466/2011.**

**4.1.2 – “Cota Reservada” - Para os Itens 02 e 04 somente as empresas enquadradas na condição de “Microempresa – ME”, nos termos do § único do Art. 5º, do Decreto Estadual nº 7.466/2011.**

4.2 – Os licitantes deverão acessar diariamente o site acima indicado a fim de tomar ciência acerca de comunicados com referência a eventuais alterações.

4.3 – O acesso ao credenciamento se dará somente aos licitantes com cadastro homologado no CADFOR Cadastro de Fornecedores gerenciado pela Superintendência de Suprimento e Logística - SUPRILOG. 4.3 – O acesso ao credenciamento se dará somente aos licitantes com cadastro “homologado” ou na condição de “credenciado” junto ao CADFOR Cadastro de Fornecedores gerenciado pela Superintendência de Suprimento e Logística - SUPRILOG.

4.3.1. – Em caso do licitante pretender utilizar-se de outros cadastros que atendam a legislação pertinente para participar do pregão eletrônico, efetuará seu credenciamento de forma simplificada junto ao CADFOR, caso que ficará dispensado de apresentar toda a documentação abrangida pelo referido cadastro, mediante a apresentação do mesmo ao CADFOR e terá registrado apenas a condição de “credenciado”.

4.3.1.1. – O credenciamento sempre importará no preenchimento de formulário de responsabilidade e apresentação de cópia autenticada da cédula de identidade, CPF, e procuração do responsável pela empresa, bem como, da última alteração contratual.

4.3.1.2. – Nos casos onde a empresa vencedora estiver com o cadastro junto ao CADFOR apenas na condição de “credenciado”, deverá antes da homologação do procedimento providenciar seu cadastro completo e se encontrar na condição de “homologado” para a emissão do CRC (Certificado de Registro Cadastral).

4.4 - A participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação de senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento de proposta de preços em data e horário previstos neste Edital, exclusivamente por meio eletrônico.

4.5 - Não poderão participar os interessados que se encontrarem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidos com



suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, ou ainda **as empresas que não estão enquadradas na condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP**, ainda aqueles que não estiverem com o cadastro “homologado” ou “credenciado” no CADFOR Cadastro de Fornecedores gerenciado pela Superintendência de Suprimento e Logística - SUPRILOG.

**4.5.1 – Para os Itens 02 e 04 “cota reservada” não poderão participar as empresas que não estão enquadradas na condição de “Microempresa – ME”.**

4.6 - A participação neste certame implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

4.7 - Como requisito para participação neste Pregão, o licitante com cadastro “homologado” ou “credenciado” deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico [www.comprasnet.goias.gov.br](http://www.comprasnet.goias.gov.br), o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e ainda **declarar a condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP para alcance dos benefícios da licitação exclusiva.**

**4.8 – A participação em licitação expressamente reservada a Microempresas (ME) e a Empresas de Pequeno Porte (EPP), por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com o ESTADO DE GOIÁS, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.**

**4.9 – Havendo participação de empresas que não sejam Empresas de Pequeno Porte - EPP ou Microempresa – ME para os Itens 01, 02, 03 e 04 e que não são Microempresa – ME para os Itens 02 e 04, serão sumariamente DESCLASSIFICADAS.**

## **5 - DO CREDENCIAMENTO**

5.1 – A participação no presente pregão eletrônico estará aberta somente aos licitantes com cadastro “homologado” ou “credenciado” no CADFOR Cadastro de Fornecedores gerenciado pela Superintendência de Suprimento e Logística – SUPRILOG e que se **enquadrem na condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP.**

**5.1.1 – Para os itens 02 e 04 “cota reservada” as interessadas deverão se enquadrar na condição de “Microempresa – ME”.**

5.1.2 – Os interessados que não estiverem com o cadastro “homologado” ou “credenciado” no CADFOR da SUPRILOG, deverá providenciar o mesmo pelo site [www.comprasnet.goias.gov.br](http://www.comprasnet.goias.gov.br), opção “login do FORNECEDOR”, conforme instruções nele contidas.

5.1.3 – O credenciamento na licitação implica o uso de login e senha eletrônica de acesso ao sistema, validada quando da “homologação” ou “credenciamento” do cadastro do fornecedor.

5.1.4 – A homologação do cadastro do fornecedor só será definitiva após o envio da documentação original do licitante ao CADFOR.

**5.1.4.1– Para cadastramento, renovação cadastral e regularização, o interessado deverá atender todas as condições estabelecidas no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento das propostas. Não havendo pendências documentais, o CADFOR emitirá o CRC no prazo de até 04 (quatro) dias úteis consecutivos, contados do recebimento da documentação completa excluindo-se o dia de entrega e vencendo os prazos apenas nos dias em que houver expediente regular e integral na Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento.**

**5.1.4.2 – Em caso do licitante pretender utilizar-se de outros cadastros que atendam a legislação pertinente para participar do pregão eletrônico, efetuará seu credenciamento de**



forma simplificada junto ao CADFOR, caso em que ficará dispensado de apresentar toda a documentação abrangida pela referido cadastro, mediante a apresentação do mesmo ao CADFOR e terá registrado apenas a condição de “credenciado”. (conforme a Instrução Normativa 004/2011-GS).

5.1.5 – A simples inscrição do pré-cadastro no sistema Comprasnet, não dará direito ao licitante de credenciar-se para participar deste pregão eletrônico, face que sua senha ficará bloqueada.

5.1.6 – O desbloqueio do login e senha do fornecedor serão realizados após a “homologação” ou “credenciamento” do cadastro do licitante.

5.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, cujo uso é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.3 - O credenciamento do licitante junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, sob pena da aplicação das sanções previstas no **item 14** do presente edital.

## **6 - DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**

6.1 - As propostas comerciais deverão ser enviadas através do site [www.comprasnet.goias.gov.br](http://www.comprasnet.goias.gov.br) na data e nas formalidades indicadas neste Edital e seus anexos, após o preenchimento do formulário eletrônico, com manifestação em campo próprio do sistema de que tem pleno conhecimento e que atende às exigências de habilitação e demais condições da proposta comercial previstas no edital e seus anexos.

**6.2 - Todas as condições estabelecidas para os itens, pelo Edital e seus anexos, serão tacitamente aceitas pelo proponente no ato do envio de sua proposta comercial.**

6.3 - O prazo de validade da proposta será de acordo com o estipulado no **item 16** do edital, a contar da data marcada para a abertura das mesmas.

6.4 - Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da vencedora.

6.5 - As propostas encaminhadas pelos vencedores, deverão conter obrigatoriamente a marca do objeto ofertado, sendo desclassificadas as propostas em desacordo.

6.6 - Sempre que a descrição mínima do bem utilizar a terminologia “aproximada” ou “aproximadamente”, a medida do objeto ofertado deverá estar compreendida no intervalo de 10% (dez por cento) acima e 10% (dez por cento) abaixo da medida especificada.

**6.7 - Todas as empresas deverão cotar seus preços com todos os tributos inclusos, inclusive o ICMS.**

## **7 - DA SESSÃO DO PREGÃO**

7.1 – Concluída a fase de credenciamento será iniciada a sessão pública do pregão, no horário previsto neste edital, durante a qual os fornecedores registrarão suas propostas, sendo aceita somente uma proposta por item para cada fornecedor.

## **8 - DOS LANCES**



8.1 – Após o término do prazo estipulado para a fase de registro de propostas, o sistema iniciará a fase competitiva, durante a qual os licitantes que registraram propostas poderão ofertar lances através do sistema eletrônico, observando o horário estabelecido e as regras de aceitação dos mesmos.

8.2 - Durante o transcurso da sessão pública eletrônica, serão divulgadas, em tempo real, todas as mensagens trocadas no *chat* do sistema, inclusive valor e horário do menor lance registrado apresentado pelos licitantes, vedada a identificação do fornecedor.

**8.3 - Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance ofertado pela própria licitante que tenha sido anteriormente registrado no sistema.**

8.4 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.5 - Caso o proponente não realize lances, permanecerá o valor da proposta eletrônica apresentada para efeito da classificação final.

8.6 - No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.6.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após publicação no Diário Oficial de Goiás.

**8.7 – O encerramento ocorrerá da seguinte forma, a fase de lances terá duas etapas:**

**8.7.1 – A 1ª etapa, com tempo de duração de 10 (dez) minutos, que será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema aos licitantes;**

**8.7.2 – A 2ª etapa transcorrerá com a abertura de prazo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente, determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.**

**8.8 - O pregoeiro sempre poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.**

## **9 - DO JULGAMENTO**

9.1 - O critério de julgamento será o de acordo com o determinado no Termo de Referência Anexo I deste Edital.

9.2 - Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que possa ser obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação.

9.3 - Caso não se realize lance, será verificado a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado da contratação.

9.4 - Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

9.5 - Sendo aceitável a oferta de menor preço, o sistema informará quem é o licitante detentor da melhor oferta e este deverá comprovar de imediato sua situação de regularidade, esta comprovação se dará mediante encaminhamento da documentação e da proposta atualizada, via fax ou e-mail, conforme estipulado o item **10.9** deste Edital, com os valores obtidos no Pregão, e deverão posteriormente ser encaminhados os originais da proposta, e a documentação exigida para habilitação original ou cópia autenticada via cartório, publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia autenticada por servidores membros da Comissão Permanente de Licitação da GL/SSPJ, quando a



Licitante optar por autenticar sua documentação pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Justiça.

**9.6. – Para a “cota reservada para ME”, ou seja, itens 02 e 04, não havendo vencedores, estes poderão ser adjudicado aos vencedores da “cota principal”, itens 01 e 03 respectivamente, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.**

**9.7 – Se a mesma empresa vencer a “cota reservada” e a “cota principal”, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada ou vice-versa.**

**9.8 - Se a oferta não for aceita o pregoeiro restabelecerá a etapa competitiva de lances entre os licitantes. Nesse caso a proposta de preço juntamente com a documentação para habilitação terá como referência a data da convocação da nova vencedora, e assim sucessivamente.**

9.9 – Constatado o atendimento pleno às exigências do edital, será adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta do menor preço final.

9.10 – Caso ocorra a desclassificação ou inabilitação do menor lance por responsabilidade exclusiva do licitante, o mesmo sofrerá as sanções previstas no artigo 15, do Decreto Estadual nº 7.468, de 20 de outubro de 2011.

9.11 - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no site [www.comprasnet.goias.gov.br](http://www.comprasnet.goias.gov.br).

## **10 - DOCUMENTAÇÕES PARA HABILITAÇÃO**

O licitante vencedor deverá enviar no endereço e nas conformidades exigidas neste certame a seguinte documentação:

10.1 – CRC - Certificado de Registro Cadastral expedido pelo CADFOR da Superintendência de Suprimento e Logística - SUPRILOG, atualizado, em vigência e com o *status* REGULAR ou IRREGULAR.

10.1.1 - Na data da abertura do procedimento de licitação, os documentos dos itens 10.2, 10.3, 10.4 e 10.5.2 (**conforme art. 4º da Instrução Normativa 004/2011-GS**), que comprovarem suas regularidades e/ou que estiverem com suas datas em vigor no CADFOR da SUPRILOG, estarão dispensados de apresentação pelos licitantes.

### **10.2 - REGULARIDADE JURÍDICA**

10.2.1 – Cédula de Identidade;

10.2.2 - Registro Comercial, no caso de empresa individual;

10.2.3 - Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;

10.2.4 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

10.2.5 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



### 10.3 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

10.3.1 - Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

10.3.2 - Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.3.3 - Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

10.3.4 - Certidão Negativa de Débito para com o INSS, ou prova equivalente que comprove regularidade de situação para com a Seguridade Social, ou ainda prova de garantia em juízo de valor suficiente para pagamento do débito, quando em litígio;

10.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

10.3.6 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, **se sediado/domiciliado em outra unidade da federação, e do Estado de Goiás.**

10.3.7 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

**10.3.8 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, no termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.**

**Obs: Caso a participação no certame se dê através da matriz, com possibilidade de que a execução contratual se dê por filial, ou vice-versa, a prova de regularidade fiscal deverá ser de ambas, dispensando-a quando, pela própria natureza das certidões, forem emitidas somente em nome da matriz (deliberação da Procuradoria-Geral do Estado através de seu Despacho “AG” nº 001930/2008).**

### 10.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.4.1 - Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física.

10.4.2 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. Considerar-se-á detentora de boa situação financeira a empresa de cujo Balanço ou Demonstrativo Contábil do último exercício social possam extrair elementos que comprovem o valor igual ou superior a 1 (um);

a) Apresentar a comprovação do índice de liquidez geral apurado no balanço apresentado pela proponente, extraindo os seguintes elementos: I) Índice de Liquidez Corrente (ILC), igual ou superior a 1,00 (um inteiro), onde  $ILC=AC/PC$  sendo que AC corresponde ao Ativo Circulante e PC corresponde a Passivo Circulante e II) Índice de Liquidez Geral (ILG), igual ou superior a 1,00 (um inteiro), onde  $ILG=AC+RLP/ET$  sendo que AC corresponde ao Ativo Circulante, RLP corresponde a Realizável a Longo Prazo, ET corresponde a Exigível Total.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social devidamente publicadas na imprensa oficial, quando se tratar de sociedades por ações, acompanhado do índice da aferição financeira exigido na alínea “a” deste subitem;

- A empresa que apresentar resultado menor que 1 (um), em qualquer dos índices citados no item “1” supra, quando de sua habilitação, deverá comprovar capital mínimo ou patrimônio



líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado, através de balanço patrimonial integralizado – do último ano base exigido em Lei.

- **Nos casos em que a comprovação de qualificação econômico-financeira seja por meio de capital social ou patrimônio líquido mínimos, poderá ser requisitado, a qualquer momento, relação dos compromissos assumidos pelos licitantes, que importem diminuição de sua capacidade operativa ou absorção da disponibilidade financeira, nos termos do § 4º do artigo 31 da LLC.**

## 10.5 – DAS DECLARAÇÕES

10.5.1 - Declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Estadual, conforme modelo a seguir:

### DECLARAÇÃO

A empresa....., CNPJ n.º ....., declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DATA E LOCAL \_\_\_\_\_

Assinatura do Diretor ou Representante Legal.

10.5.2 - **Declaração** da proponente de que não possui em seu quadro de pessoal, **empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho**, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei 9.854/99), elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da proponente.

**10.6 – ATESTADO OU CERTIDÃO expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, já haver o licitante, realizado fornecimento pertinente ao objeto desta licitação ao órgão declarante.**

## 10.7 – DAS PRERROGATIVAS

10.7.1 – As **microempresas e empresas de pequeno porte** deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 4 (quatro) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação.**

2) A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no [art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993](#), sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**10.7.2 - Para fins do disposto no subitem 10.7, o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar federal n. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, devendo ser apresentado juntamente com a documentação de habilitação:**

**I – certidão que ateste o enquadramento expedida pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada**





no sítio [www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional](http://www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional), podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas ao certame licitatório;

**II – declaração, sob as penas da lei, de cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, em que se ateste a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar federal n. 123/06.**

10.8 – Todos os documentos deverão estar com prazo vigente, e para as certidões que não mencionarem prazo de validade, considerará o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua expedição.

10.9 - Os documentos exigidos para habilitação, não contemplados pelo CRC, deverão estar atualizados na data da Sessão Pública, devendo ser encaminhados pela licitante detentora da melhor oferta por fax e/ou e-mail ([cplssp@gmail.com](mailto:cplssp@gmail.com)), no prazo máximo de 01 (um) dia útil, após finalização da fase de lances. Posteriormente os mesmos deverão ser encaminhados, bem como a Proposta Comercial atualizada após a fase de lances, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis após a data do encerramento do pregão. Caso ocorra pedido de **documentação técnica e/ou amostra** (laudos, manuais e etc) a licitante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para envio após o encerramento da sessão pública. O endereço para envio da documentação é o seguinte: **Gerência de licitações da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Justiça**, sito na Avenida Anhanguera, nº. 7.364, Setor Aeroviário – Goiânia –GO, CEP 74.435-300, e estarem separados, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além da identificação com nome, endereço, CNPJ da proponente e nome do pregoeiro, os seguintes dizeres:

**Envelope nº. 1 – PROPOSTA**

Pregão Eletrônico nº. 115/2012 – SSPJ  
Processo nº. 201100002001722

**Envelope nº. 2 – DOCUMENTAÇÃO**

Pregão Eletrônico nº. 115/2012 – SSPJ  
Processo nº. 201100002001722

10.9.1 - Os prazos de envio deverão ser respeitados, sob pena de desclassificação e inabilitação da empresa vencedora, sendo, inclusive, condição indispensável para a contratação.

**10.9.2 – Nos casos em que a licitante for filial, poderão ser apresentados os seguintes documentos da matriz em detrimento dos documentos da filial, desde que aquela (matriz) centralize o recolhimento dos tributos:**

- **Balanco Patrimonial (CNPJ da Matriz);**
- **Certidão Negativa de Falência/Concordata (CNPJ da Matriz);**
- **E demais casos em que estejam expressos no próprio documento/certidão ou previstos em Lei.**

**11 - DOS RECURSOS**

11.1 - Declarado o vencedor, ao final da sessão, qualquer licitante poderá, manifestar motivadamente, no prazo de até 10 (dez) minutos, em campo próprio do sistema, sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo do recorrente.

11.1.1 - O exame, a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade competente para apreciá-los serão realizados pelo pregoeiro no prazo de até 03 (três) dias úteis, podendo este prazo ser dilatado até o dobro, por motivo justo. O encaminhamento à autoridade superior se dará apenas se o pregoeiro, justificadamente, não reformar sua decisão. A autoridade competente terá o prazo de



até 03 (três) dias úteis para decidir o recurso, podendo este prazo ser dilatado até o dobro, por motivo justo, devidamente comprovado.

11.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item 11.1, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.3 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**11.5 - Não serão conhecidos os recursos e as contrarrazões interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados pelo *chat*, por fax, correios ou entregues pessoalmente. As peças recursais deverão ser encaminhadas por meio eletrônico, através do site “www.comprasnet.gov.br”.**

11.6 – Os recursos impetrados exclusivamente para postergar e preterir o normal andamento desta licitação e ainda aqueles sem respaldo ou fundamentação legal, serão sumariamente indeferidos na própria sessão, pelo pregoeiro que externará através do chat, as causas de sua inadmissibilidade.

**11.7 - A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pelo pregoeiro.**

## **12 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

12.1 - Inexistindo manifestações recursais, decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao licitante vencedor e a autoridade superior homologará a licitação, sendo o adjudicatário convocado para assinar o contrato no prazo estabelecido no edital.

## **13 - DO PAGAMENTO**

13.1 - O pagamento será efetuado ao fornecedor através do setor competente do órgão requisitante, conforme item 16 deste edital, a contar da data de recebimento definitivo do produto e aprovado os termos das Notas Fiscais, acompanhado dos documentos fiscais.

13.2 - A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária estabelecida no item 17 do Edital.

## **14 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1 - A recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do objeto deste Pregão, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida, permitindo a Administração à aplicação das sanções previstas no Art. 15, do Decreto Estadual nº 7.468, de 20 de outubro de 2011, que profere o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados ou Municípios Brasileiros, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

14.1.1 - As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.



## 15 - DA EXTENSÃO DAS PENALIDADES

15.1 - A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

15.2 - Retardarem a execução do pregão;

15.3 - Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração;

15.4 - Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

## 16- DOS PRAZOS

16.1 – Os objetos deverão ser entregues em até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

16.2 – Os objetos da presente licitação serão recebidos provisoriamente em até 02 (dois) dias úteis, contados da data da entrega, no local e endereço indicados no Termo de Referência.

16.3 – O recebimento dos objetos dar-se-á definitivamente no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento provisório do(s) bem (ens) uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante termo de recebimento definitivo, recibo, ou outro documento equivalente, firmado pela Comissão de Recebimento da SSPJ.

16.3.1 – Após a entrega, constatadas inconformidade nos objetos, os mesmos serão substituídos por um conforme, sem direito a ressarcimento à Vencedora/Contratada e sem ônus a SSPJ.

16.4 – Na hipótese de substituição, complementação de quantidade ou de partes, a vencedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação da SSPJ, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantidos os preços inicialmente contratado.

16.5 - A adjudicatária deverá no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer a **Gerência de Recursos Especiais – GRF/SGPF/SSPJ**, para dar o aceite na Nota de Empenho e/ou para assinar o termo de instrumento equivalente.

**16.6 - A declaração da validade da proposta será de 90 (noventa) dias, a contar da data de abertura dos trabalhos licitatórios.**

16.7 - Prazo de pagamento: até 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento definitivo do produto e aprovado os termos das Notas Fiscais.

**17 - OS RECURSOS FINANCEIROS PARA PAGAMENTO DO OBJETO SÃO CLASSIFICADOS DA SEGUINTE FORMA:**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA		
DESCRIÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
Exercício	2012	
Unidade Orçamentária	2950	Fundo Estadual de Segurança Pública
Função	06	Segurança Pública.
Sub-função	181	Policciamento
Programa	1072	Programa de Modernização e Integração das Unidades de Segurança Pública
Ação	2363	Aparelhamento e Estruturação Administrativa para Segurança Pública Integral
Grupo de Despesa	04	Investimento.
Fonte de Recurso	20	Recursos Diretamente Arrecadados



<b>VALOR (R\$)</b>	<b>R\$ 44.331,06</b>	<b>(Quarenta e quatro mil trezentos e trinta e um reais e seis centavos)</b>
--------------------	----------------------	--

## **18 – DAS OBRIGAÇÕES**

### **18.1 – DA EMPRESA VENCEDORA**

18.1.1 – A vencedora, se obriga a cumprir todas as exigências mínimas deste Edital e entregar os objetos e executar os serviços, de primeira qualidade, atendendo as condições e quantidades estipuladas.

18.1.2 – Será de responsabilidade da vencedora, todas as despesas em sua totalidade, e ainda as com tributos fiscais trabalhistas e sociais, que incidam ou venha a incidir, diretamente e indiretamente sobre o objeto adjudicado.

### **18.2 – DO CONTRATANTE**

18.2.1 – A SSPJ deverá disponibilizar local adequado para o recebimento dos objetos.

18.2.2 – A SSPJ fiscalizará e inspecionará os objetos e serviços, podendo rejeitá-los, quando estes não atenderem ao definido.

18.2.3 - Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) da Contratada, após a efetiva entrega dos serviços e emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela SSPJ.

18.2.4 - Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita do fornecedor, para que ele possa cumprir as suas obrigações, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-lo em todos os casos omissos, se ocorrer, desde que dentro das condições estabelecidas na aquisição.

## **19 – DA CONVOCAÇÃO DO VENCEDOR**

19.1 - Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante que tiver apresentado a proposta vencedora classificada e habilitada, será convocado para retirar a Nota de Empenho ou outro instrumento equivalente, no prazo estipulado no item 16 deste Edital.

19.1.1 – O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para dar o aceite na Nota de Empenho ou firmar outro documento equivalente.

19.1.2 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da retirada da Nota de Empenho ou assinatura do contrato, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato.

19.2 - O representante legal do licitante que tiver apresentado a proposta vencedora deverá retirar a Nota de Empenho, dentro das formalidades e do prazo estipulado no item 16 deste Edital, a contar do recebimento da comunicação, através de Fax, Correio ou e-mail.

19.3 – Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

## **20 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

20.1 - Este edital e seus anexos deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após o registro da proposta no sistema, não serão aceitas alegações de desconhecimento.



20.2 - É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

20.3 - A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovada, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

20.4 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação, sendo possível à promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

20.5 - Caberá à empresa credenciada acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**20.6 - Qualquer cidadão ou licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão.**

20.6.1 - Os pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados via fax ou e-mail, sendo que deverá ser confirmado o recebimento do documento ou arquivo através do telefone (62) 3201-1029 com o pregoeiro ou algum membro da equipe de apoio.

**20.7 - Os atos de impugnação do certame serão formulados por escrito e deverão ser protocolados na GERÊNCIA DE LICITAÇÕES, no endereço do rodapé, e deverá ainda, estar acompanhada do estatuto social da empresa, quando o sócio ou proprietário ser o portador do ato protocolar, e de instrumento de procuração pública ou particular, com firma reconhecida, do representante legal da empresa, da qual constem poderes específicos para os atos do referido tema ao procurador portador, se este for o protocolador do ato.**

20.7.1 – Não serão conhecidos os atos de impugnação protocolados após os respectivos prazos legais, bem como os que forem protocolados em locais diferentes da Gerência de Licitações.

20.7.2 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

20.7.3 - Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

20.8 - A não solicitação de informações complementares por parte de alguma proponente, implicará na tácita admissão de que as informações técnicas e jurídicas foram consideradas suficientes.

20.9 – A contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos serão contados da seguinte forma: excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos só iniciam e vencem em dias de expediente da SSPJ.

20.10 – A critério da SSPJ, o quantitativo poderá sofrer acréscimo ou supressão até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

20.11 – A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.



20.12 – Informações complementares que visam obter esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, de segunda à sexta-feira, em horário de expediente, pelo telefone (62) 3201-1029.

**20.13 – Maiores informações sobre as especificações dos objetos licitados poderão ser obtidas com o Sr. Victor Ribeiro Silva, Gestor de Tecnologia da Informação/Supervisor de Administração, pelos telefones (62) 3201-1082/1032, em horário comercial.**

## **21 – DO FORO**

21.1 - A interpretação e aplicação dos termos dessa aquisição serão regidas pelas leis brasileiras e o foro da comarca de Goiânia, Estado de Goiás, terá competência sobre qualquer controvérsia resultante deste certame, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## **22 - INTEGRA O PRESENTE EDITAL:**

22.1 - Anexo I – Termo de Referência.

22.2 - Anexo II - Planilha de Quantitativos e Preços Unitários.  
(Valor máximo para contratação autorizado pela Superintendência de Suprimentos e Logísticas/SEGPLAN).

20.3 – Anexo III – Minuta do Contrato.

Gerência de Licitações da SSPJ, Goiânia-Go, aos 03 dias do mês outubro de 2012.

**Flamarion Ferreira de Araújo**  
**Pregoeiro/SSPJ**



**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Pregão Eletrônico nº 115/2012 – SSPJ  
Processo n.º 201100002001722

**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**  
**Art. 5º do Decreto Estadual nº. 7.466/2011**

**Elaborado pelo requisitante da despesa.**

**1-INTRODUÇÃO:**

1.1. - A abertura do presente procedimento licitatório, decorre da necessidade de **Aquisição de Microcomputador e Nobreak para o Comando de Correições e Disciplina da Polícia Militar do Estado de Goiás - PMGO.**, em atendimento à Requisição de Despesa nº 004/2011, anexa aos autos.

**2 – OBJETIVO**

2.1. – O objeto requisitado para esta aquisição com definição no subitem seguinte, terá seu julgamento do tipo: **Menor Preço POR ITEM.**

2.2. – Definição do objeto a ser adquirido, através do presente **Pregão Eletrônico nº 115/2012:**

<b>“COTA PRINCIPAL”.</b> <i>(Aberto para participação de Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP).</i>					
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>Unid.</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Valor Total</b>
01	Microcomputador	Unid.	11	R\$ 2.409,67	R\$ 26.506,37
<b>“COTA RESERVADA”.</b> <i>(Aberto somente para participação de Microempresa – ME).</i>					
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>Unid.</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Valor Total</b>
02	Microcomputador	Unid.	04	R\$ 2.409,67	R\$ 9.638,68
<b>“COTA PRINCIPAL”.</b> <i>(Aberto para participação de Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP).</i>					
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>Unid.</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Valor Total</b>
03	Nobreak 1,2 VA	Unid.	12	R\$ 481,53	R\$ 5.778,36
<b>“COTA RESERVADA”.</b> <i>(Aberto somente para participação de Microempresa – ME).</i>					
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>Unid.</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Valor Total</b>
04	Nobreak 1,2 VA	Unid.	05	R\$ 481,53	R\$ 2.407,65



---

## ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DOS OBJETOS.

### ITEM 01 e 02 – MICROCOMPUTADOR

#### 1. ASPECTO GERAL

- 1.1. Esta especificação estabelece os requisitos mínimos para o equipamento, permitindo assim a apresentação de itens com configuração superior;
- 1.2. Deverá ser apresentado junto à proposta, catálogo, folder ou folheto, do equipamento proposto, onde conste de maneira clara a marca, o modelo e todas as características do equipamento cotado.

#### 2. GABINETE

- 2.1. Tipo mini-desktop (small factor) permitindo a utilização na posição vertical e horizontal;

#### 3. FONTE DE ALIMENTAÇÃO

- 3.1. Comutação 110/220 automática;
- 3.2. Potência 350W;
- 3.3. Possuir PFC Ativo de no mínimo 80%;

#### 4. PROCESSADOR

- 4.1. Que possua 4 núcleos;
- 4.2. Cache total de 6 MB;
- 4.3. Velocidade do clock 2,8 GHz;
- 4.4. Arquitetura de 64-bit;

#### 5. PLACA MÃE

- 5.1. Chipset que siga um dos dispostos abaixo:
  - 5.1.1. Para processadores Intel: Intel® H61;
  - 5.1.2. Para processadores AMD: AMD 780G (North Bridge: AMD® 780G, South Bridge: AMD® SB700);
- 5.2. Chip de áudio de alta definição de 6 canais;
- 5.3. Deverá possuir a tecnologia de segurança Trusted Platform Module (TPM) ou TGC versão 1.2, integrado à placa mãe;
- 5.4. 4 Conectores SATA II, padrão Serial ATA 2.0;
- 5.5. Placa gráfica (integrada ou off-board) de 256 MB;
- 5.6. Interface de rede 10/100/1000 Base-T Ethernet, com conector RJ45;
- 5.7. 1 porta PS/2 para teclado ou mouse;
- 5.8. 6 portas padrão USB 2.0, sendo 2 no painel frontal do gabinete;
- 5.9. 2 slots de memória com capacidade de instalação de até 08 GB de memória;
- 5.10. 1 slot padrão PCIe-x16;
- 5.11. 2 slot padrão PCI 32 bits;
- 5.12. 1 slot padrão PCI x 1;
- 5.13. 1 Conector VGA;
- 5.14. 1 Conector DVI-D;

#### 6. Memória RAM

- 6.1. 02 pentes de 2048MB DDR3 1333 MHZ;
- 6.2. Instalados e configurados em modo dual Channel;

#### 7. DISCO RÍGIDO

- 7.1. Interface SATA II;
- 7.2. Cache de 16 MB;
- 7.3. Capacidade de 500 GB;
- 7.4. Velocidade de rotação de 7200 RPM;

#### 8. UNIDADE ÓPTICA

- 8.1. Velocidade de gravação de DVD 16x (SL)/4x (DL);





- 
- 8.2. Velocidade de gravação de CD-R 16x (CLV), 24x (ZCLV);
9. MOUSE
- 9.1. Tipo óptico;
- 9.2. Resolução de 400 dpi;
- 9.3. O tipo de conexão deverá ser USB ou PS/2, sendo compatível com o equipamento;
- 9.4. Possuir dois botões para seleção (click) e um botão de rolagem "scroll";
- 9.5. Ser do mesmo fabricante do equipamento cotado.
10. TECLADO
- 10.1. Padrão ABNT 2;
- 10.2. Conector tipo USB ou PS/2, sendo compatível com o equipamento;
- 10.3. Ser do mesmo fabricante do equipamento cotado.
11. MONITOR DE VÍDEO
- 11.1. Monitor colorido no padrão LED 20";
- 11.2. Resolução mínima de 1600 x 900;
- 11.3. Conexão DVI-D e D-Sub, acompanhado dos respectivos cabos.
- 11.4. Tempo de resposta mínimo de 5ms;
12. SISTEMA OPERACIONAL
- 12.1. O equipamento deve ser entregue com a licença do Sistema Operacional Windows 7 Professional, pré instalado, em Português, de 64 bits, acompanhado de mídia para instalação e licença de uso, manuais e etiqueta COA afixada na parte externa do gabinete;
13. MANUAIS, DRIVERS E ACESSÓRIOS
- 13.1. Deverão ser fornecidos manuais para instalação e configuração, com cd/dvd's contendo os drivers de todos os componentes instalados;
- 13.2. Devem ser fornecidos todos os cabos de força e de interligação necessários para que o equipamento seja colocado em pleno funcionamento;
14. COMPATIBILIDADE
- 14.1. O equipamento deverá estar homologado para utilização do Sistema Operacional Windows 7 Professional. Esta condição deverá ser comprovada mediante a apresentação da página impressa obtida junto ao site da Microsoft;
15. PADRONIZAÇÃO
- 15.1. O Fabricante deverá possuir sistema de serialização, com etiqueta afixada no gabinete da CPU, onde conste no mínimo o nº de série do equipamento;
- 15.2. Comprovação de que o fabricante/montador do microcomputador ofertado possui portaria interministerial, comprovando que cumpre o processo produtivo básico PPB, conforme determina o § 3º do Art. 3o a lei 11.077/04 que alterou a Lei 8.248/91;
- 15.3. Todos os componentes do equipamento (CPU, Teclado, Mouse, Monitor de vídeo) deverão obedecer à mesma padronização de cor preto ou preto/prata;
16. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
- 16.1. Garantia de funcionamento e suporte técnico do Hardware (CPU, monitor, mouse e teclado) pelo período de 36 (trinta e seis) meses, a partir do recebimento definitivo do equipamento;
- 16.2. A garantia deve ser prestada por rede de assistência técnica credenciada pelo fabricante do microcomputador;
- 16.3. O atendimento para a assistência técnica será em horário comercial, de segunda a sexta-feira, ON-SITE, em Goiânia;
- 16.4. O Tempo para atendimento dos chamados deverá ser de, no máximo, 48 horas e o tempo para a solução do problema, no máximo, 72 horas;
- 16.5. Considera-se prazo para solução do problema o período compreendido entre o horário de comunicação do chamado de suporte técnico feito pela Contratante e o término da solução, quando do Hardware estiver em condições normais de operação.



16.6. O Fabricante deve dispor de número de telefone 0800 para a abertura de chamados.

### **ITEM 03 e 04 – NOBREAK 1,2 VA**

#### **1. ASPECTO GERAL**

- 1.1. Esta especificação estabelece os requisitos mínimos para o equipamento, permitindo assim a apresentação de itens com configuração superior;
- 1.2. Deverá ser apresentado junto à proposta, catálogo, folder ou folheto, do equipamento proposto, onde conste de maneira clara a marca, o modelo e todas as características do equipamento cotado.

#### **2. CARACTERÍSTICAS**

- 2.1. Potencia Nominal: 1200VA / 960W
- 2.2. Tensão de Entrada: 89 a 138 (115) 165 a 254 (220V)
- 2.3. Tensão de Saída 115V + 5% (em bateria) / + 6% - 10% (em rede)
- 2.4. Autonomia mínima de 40 minutos em carga de 400VA
- 2.5. Bateria Interna: 2 Bat 12Vdc / 7 Ah
- 2.6. Cabo de alimentação padrão NBR 14136:2002

#### **3. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO NOBREAK**

- 3.1. Nobreak interativo e regulação on-line
- 3.2. Freqüência de Entrada 60Hz + 5
- 3.3. Freqüência de saída 60Hz + 1% (modo bateria)
- 3.4. Rendimento de 95 % (modo rede) 85% (modo bateria)
- 3.5. Microprocessado (microprocessador RISC de alta velocidade, integrando diversas funções periféricas aumentando a confiabilidade e o desempenho do circuito eletrônico).
- 3.6. Protetor para internet linha telefônica /Fax (padrão RJ-11 – imprescindível acompanhar cabo telefônico)
- 3.7. Conector do tipo engate rápido, para expansão de autonomia.
- 3.8. Estabilizador interno com 4 estágios de regulação com função TRUE RMS, permite uma melhor regulação de tensão de saída, pois o circuito leva em consideração as distorções harmônicas existentes na rede elétrica.
- 3.9. Self Funcional Test : testa todos os circuitos do Nobreak, inclusive as baterias
- 3.10. Battery Saver: evita o consumo desnecessário e prolonga a vida útil das baterias
- 3.11. Filtro de linha interno (modo comum e diferencial)
- 3.12. Recarregador "Strong Charger", que permite a recarga das baterias mesmo com níveis muito baixos de carga
- 3.13. Inversor sincronizado com a rede (sistema PLL)
- 3.14. Forma de onda SENOIDAL POR APROXIMACAO (Retangular PWM - controle de largura e amplitude)
- 3.15. Permite ser ligado na ausência de rede elétrica (DC START)
- 3.16. Leds que indicam as condições (status) do nobreak: modo rede, modo inversor/bateria, final de autonomia, subtensão, sobretensão, baterias em carga;
- 3.17. Chave MUTE (inibidor de alarme sonoro)
- 3.18. Energia de surto 276J
- 3.19. 5 tomadas de saída + 4 tomadas na extensão padrão NBR 14136:2002
- 3.20. Possuir funções para internet com envio de torpedos e e-mail, caso a carga a ser alimentada perca a conexão com a internet;
- 3.21. Possibilitar o monitoramento remoto do ambiente e alarme antiintrusão (gratuitamente).



#### **4. PROTEÇÕES:**

- 4.1. Curto-circuito no inversor;
- 4.2. Surtos de tensão entre fase e neutro
- 4.3. Sub/sobretensão da rede elétrica. Na ocorrência destas, o nobreak passa operar em modo bateria;
- 4.4. Sobreaquecimento no inversor e no transformador;
- 4.5. Potencia excedida com alarme e posterior desligamento;
- 4.6. Descargas elétricas na linha (previne queima de modem, multifuncionais e fax);
- 4.7. Descarga total das baterias

#### **5. ATENDIMENTO, SUPORTE E GARANTIA**

- 5.1. A garantia exigida para os no-breaks será de 12 (doze) meses;
- 5.2. A garantia dos produtos devera ser fornecida diretamente pelo fabricante;
- 5.3. Os chamados para resolução de problemas deverão ser abertos diretamente no fabricante e gerenciados pelo mesmo, através de numero telefônico, fornecendo neste momento o numero, data e hora de abertura do chamado;
- 5.4. O fabricante devera prestar diretamente ou através de suas assistências técnicas autorizadas os serviços de manutenção dos equipamentos e suporte técnico durante o período de garantia;
- 5.5. A garantia técnica devera abranger a manutenção corretiva com a cobertura de todo e qualquer defeito apresentado, inclusive substituição de pecas, partes, componentes de acessórios, sem representar qualquer ônus para a contratante durante o período de vigência do contrato.

### **3 - CONDIÇÕES GERAIS**

3.1. – Os objetos deverão ser entregues na Gerência de Informática e Telecomunicação da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Justiça, situada na Avenida Anhanguera, nº 7.364, Setor Aeroviário, CEP: 74.435-300 Goiânia - Goiás.

3.2. – Os objetos, mesmo já entreguem e aceitos, ficam sujeitos à substituição, desde que comprovada a pré-existência de defeitos, má-fé do fornecedor ou condições inadequadas, bem como alterações que comprometam a integridade dos mesmos.

3.3 – Todos os serviços de entrega deverão estar inclusos na proposta sem quaisquer ônus para a SSPJ.

Goiânia-Go, aos 03 dias do mês de outubro de 2012.

**Victor Ribeiro Silva**  
**Gestor de Tecnologia da Informação**  
**Supervisor de Administração**



**A N E X O II**

Pregão Eletrônico nº 115/2012 – SSPJ  
Processo n.º 201100002001722

**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**  
Art. 5º do Decreto Estadual nº. 7.466/2011

**PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS**

(Valor máximo para contratação autorizado pela  
Superintendência de Suprimentos e Logísticas/SEGPLAN)

<b>“COTA PRINCIPAL”.</b> <i>(Aberto para participação de Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP).</i>					
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>Unid.</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Valor Total</b>
01	Microcomputador	Unid.	11	R\$ 2.409,67	R\$ 26.506,37
<b>“COTA RESERVADA”.</b> <i>(Aberto somente para participação de Microempresa – ME).</i>					
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>Unid.</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Valor Total</b>
02	Microcomputador	Unid.	04	R\$ 2.409,67	R\$ 9.638,68
<b>“COTA PRINCIPAL”.</b> <i>(Aberto para participação de Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP).</i>					
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>Unid.</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Valor Total</b>
03	Nobreak 1,2 VA	Unid.	12	R\$ 481,53	R\$ 5.778,36
<b>“COTA RESERVADA”.</b> <i>(Aberto somente para participação de Microempresa – ME).</i>					
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>Unid.</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Valor Total</b>
04	Nobreak 1,2 VA	Unid.	05	R\$ 481,53	R\$ 2.407,65

**Valor Total Estimado (itens 01 a 04) é de R\$ 44.331,06**  
*(Quarenta e quatro mil trezentos e trinta e um reais e seis centavos)*

**Obs.: Especificações detalhadas dos objetos estão no Anexo I – Termo de Referência do Edital.**



**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**



---

Gerência de Licitações da SSPJ, Goiânia-Go, aos 03 dias do mês de outubro de 2012.

***Flamarion Ferreira de Araújo***  
***Pregoeiro da SSPJ***



### ANEXO III

CONTRATO Nº. \_\_\_\_\_ /2012

Contrato de aquisição de microcomputadores e nobreaks, com prestação de serviço de assistência técnica que entre si celebram o Estado de Goiás, através da Secretaria da Segurança Pública e Justiça, e a empresa \_\_\_\_\_, nas condições que se seguem.

(MINUTA)

## 1. PREÂMBULO

### 1.1. DO CONTRATANTE

**ESTADO DE GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado à Praça Cívica, s/n, Goiânia-GO, representado pela Procuradoria-Geral do Estado, neste ato representada pela Procuradora do Estado Chefe da Advocacia Setorial da SSPJ, **DR<sup>a</sup>. BÁRBARA MARCELLE LÚCIA DUARTE GIGONZAC**, brasileira, solteira, advogada, residente e domiciliada no município de Goiânia/GO, inscrita na OAB/GO sob o nº 24.246, nos termos da delegação conferida pela Portaria nº 090/2012/GAB da lavra do Procurador Geral do Estado, com a interveniência da **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA - SSPJ/GO**, com endereço à Av. Anhanguera, nº 7.364, Setor Aeroviário, Goiânia-Go, neste ato representada por seu titular, **JOÃO FURTADO DE MENDONÇA NETO**, brasileiro, separado, residente e domiciliado nesta capital, inscrito na OAB/GO sob o nº 9093 e no CPF/MF sob o nº 292.108.101-63, nomeado pelo Decreto s/nº publicado no Diário Oficial do Estado no dia 1º de janeiro de 2011, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº. 6161 de 03 de junho de 2005.

### 1.2. DA CONTRATADA

\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, na Cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, e CPF/MF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado no \_\_\_\_\_, na Cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

**2.1.** Este contrato decorre do procedimento licitatório realizado na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 115/2012, objeto do Processo Administrativo nº. 201100002001722 de 13 de outubro de 2011, estando as partes sujeitas aos preceitos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e aplicando subsidiariamente, no que couber, o Decreto Estadual nº 7.468 de 20 de outubro de 2.011, Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e às normas vigentes relativas à matéria e às cláusulas e condições seguintes, sendo ainda parte integrante do presente instrumento, a proposta comercial.



### 3. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

3.1. Constitui objeto do presente contrato a aquisição de microcomputadores e nobreaks com previsão de garantia e suporte técnico do Hardware (CPU, monitor, mouse e teclado) a ser prestada por 36 (trinta e seis) meses para os microcomputadores e garantia e assistência técnica de 12 (doze) meses para os nobreaks, a contar da data do recebimento definitivo dos equipamentos, em conformidade com a Proposta Comercial e o Termo de Referência, que passam a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição.

### 4. CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO

4.1. A **CONTRATADA** entregará os microcomputadores com garantia de 36 (trinta e seis) meses, com assistência técnica ON-SITE em Goiânia-GO e os nobreaks com garantia de 12 (doze) meses com assistência técnica, a contar da data do recebimento definitivo dos equipamentos. O tempo para atendimento dos chamados deverá ser de, no máximo 48 (quarenta e oito) horas e o tempo para solução do problema, no máximo 72 (setenta e duas) horas.

Segue abaixo a descrição detalhada dos objetos:

<b>“COTA PRINCIPAL”.</b> <i>(Aberto para participação de Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP).</i>					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	Unid.	Qtd.	Valor unitário	Valor Total
01	Microcomputador	Unid.	11	R\$	R\$
<b>“COTA RESERVADA”.</b> <i>(Aberto somente para participação de Microempresa – ME).</i>					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	Unid.	Qtd.	Valor unitário	Valor Total
02	Microcomputador	Unid.	04	R\$	R\$
<b>“COTA PRINCIPAL”.</b> <i>(Aberto para participação de Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP).</i>					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	Unid.	Qtd.	Valor unitário	Valor Total
03	Nobreak 1,2 VA	Unid.	12	R\$	R\$
<b>“COTA RESERVADA”.</b> <i>(Aberto somente para participação de Microempresa – ME).</i>					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	Unid.	Qtd.	Valor unitário	Valor Total
04	Nobreak 1,2 VA	Unid.	05	R\$	R\$
<b>Valor Total Contratado (itens 01 a 04) é de R\$ xxxxxxxxxxxx</b> <i>(xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)</i>					



---

## ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DOS OBJETOS.

### ITEM 01 e 02 – MICROCOMPUTADOR

#### 1. ASPECTO GERAL

- 1.1. Esta especificação estabelece os requisitos mínimos para o equipamento, permitindo assim a apresentação de itens com configuração superior;
- 1.2. Deverá ser apresentado junto à proposta, catálogo, folder ou folheto, do equipamento proposto, onde conste de maneira clara a marca, o modelo e todas as características do equipamento cotado.

#### 2. GABINETE

- 2.1. Tipo mini-desktop (small factor) permitindo a utilização na posição vertical e horizontal;

#### 3. FONTE DE ALIMENTAÇÃO

- 3.1. Comutação 110/220 automática;
- 3.2. Potência 350W;
- 3.3. Possuir PFC Ativo de no mínimo 80%;

#### 4. PROCESSADOR

- 4.1. Que possua 4 núcleos;
- 4.2. Cache total de 6 MB;
- 4.3. Velocidade do clock 2,8 GHz;
- 4.4. Arquitetura de 64-bit;

#### 5. PLACA MÃE

- 5.1. Chipset que siga um dos dispostos abaixo:
  - 5.1.1. Para processadores Intel: Intel® H61;
  - 5.1.2. Para processadores AMD: AMD 780G (North Bridge: AMD® 780G, South Bridge: AMD® SB700);
- 5.2. Chip de áudio de alta definição de 6 canais;
- 5.3. Deverá possuir a tecnologia de segurança Trusted Platform Module (TPM) ou TGC versão 1.2, integrado à placa mãe;
- 5.4. 4 Conectores SATA II, padrão Serial ATA 2.0;
- 5.5. Placa gráfica (integrada ou off-board) de 256 MB;
- 5.6. Interface de rede 10/100/1000 Base-T Ethernet, com conector RJ45;
- 5.7. 1 porta PS/2 para teclado ou mouse;
- 5.8. 6 portas padrão USB 2.0, sendo 2 no painel frontal do gabinete;
- 5.9. 2 slots de memória com capacidade de instalação de até 08 GB de memória;
- 5.10. 1 slot padrão PCIe-x16;
- 5.11. 2 slot padrão PCI 32 bits;
- 5.12. 1 slot padrão PCI x 1;
- 5.13. 1 Conector VGA;
- 5.14. 1 Conector DVI-D;

#### 6. Memória RAM

- 6.1. 02 pentes de 2048MB DDR3 1333 MHZ;
- 6.2. Instalados e configurados em modo dual Channel;

#### 7. DISCO RÍGIDO

- 7.1. Interface SATA II;
- 7.2. Cache de 16 MB;
- 7.3. Capacidade de 500 GB;
- 7.4. Velocidade de rotação de 7200 RPM;

#### 8. UNIDADE ÓPTICA

- 8.1. Velocidade de gravação de DVD 16x (SL)/4x (DL);





- 
- 8.2. Velocidade de gravação de CD-R 16x (CLV), 24x (ZCLV);
9. MOUSE
- 9.1. Tipo óptico;
- 9.2. Resolução de 400 dpi;
- 9.3. O tipo de conexão deverá ser USB ou PS/2, sendo compatível com o equipamento;
- 9.4. Possuir dois botões para seleção (click) e um botão de rolagem “scroll”;
- 9.5. Ser do mesmo fabricante do equipamento cotado.
10. TECLADO
- 10.1. Padrão ABNT 2;
- 10.2. Conector tipo USB ou PS/2, sendo compatível com o equipamento;
- 10.3. Ser do mesmo fabricante do equipamento cotado.
11. MONITOR DE VÍDEO
- 11.1. Monitor colorido no padrão LED 20”;
- 11.2. Resolução mínima de 1600 x 900;
- 11.3. Conexão DVI-D e D-Sub, acompanhado dos respectivos cabos.
- 11.4. Tempo de resposta mínimo de 5ms;
12. SISTEMA OPERACIONAL
- 12.1. O equipamento deve ser entregue com a licença do Sistema Operacional Windows 7 Professional, pré instalado, em Português, de 64 bits, acompanhado de mídia para instalação e licença de uso, manuais e etiqueta COA afixada na parte externa do gabinete;
13. MANUAIS, DRIVERS E ACESSÓRIOS
- 13.1. Deverão ser fornecidos manuais para instalação e configuração, com cd/dvd´s contendo os drivers de todos os componentes instalados;
- 13.2. Devem ser fornecidos todos os cabos de força e de interligação necessários para que o equipamento seja colocado em pleno funcionamento;
14. COMPATIBILIDADE
- 14.1. O equipamento deverá estar homologado para utilização do Sistema Operacional Windows 7 Professional. Esta condição deverá ser comprovada mediante a apresentação da página impressa obtida junto ao site da Microsoft;
15. PADRONIZAÇÃO
- 15.1. O Fabricante deverá possuir sistema de serialização, com etiqueta afixada no gabinete da CPU, onde conste no mínimo o nº de série do equipamento;
- 15.2. Comprovação de que o fabricante/montador do microcomputador ofertado possui portaria interministerial, comprovando que cumpre o processo produtivo básico PPB, conforme determina o § 3º do Art. 3o a lei 11.077/04 que alterou a Lei 8.248/91;
- 15.3. Todos os componentes do equipamento (CPU, Teclado, Mouse, Monitor de vídeo) deverão obedecer à mesma padronização de cor preto ou preto/prata;
16. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
- 16.1. Garantia de funcionamento e suporte técnico do Hardware (CPU, monitor, mouse e teclado) pelo período de 36 (trinta e seis) meses, a partir do recebimento definitivo do equipamento;
- 16.2. A garantia deve ser prestada por rede de assistência técnica credenciada pelo fabricante do microcomputador;
- 16.3. O atendimento para a assistência técnica será em horário comercial, de segunda a sexta-feira, ON-SITE, em Goiânia;
- 16.4. O Tempo para atendimento dos chamados deverá ser de, no máximo, 48 horas e o tempo para a solução do problema, no máximo, 72 horas;
- 16.5. Considera-se prazo para solução do problema o período compreendido entre o horário de comunicação do chamado de suporte técnico feito pela Contratante e o término da solução, quando do Hardware estiver em condições normais de operação.



16.6. O Fabricante deve dispor de número de telefone 0800 para a abertura de chamados.

### **ITEM 03 e 04 – NOBREAK 1,2 VA**

#### **1. ASPECTO GERAL**

- 1.1. Esta especificação estabelece os requisitos mínimos para o equipamento, permitindo assim a apresentação de itens com configuração superior;
- 1.2. Deverá ser apresentado junto à proposta, catálogo, folder ou folheto, do equipamento proposto, onde conste de maneira clara a marca, o modelo e todas as características do equipamento cotado.

#### **2. CARACTERÍSTICAS**

- 2.1. Potencia Nominal: 1200VA / 960W
- 2.2. Tensão de Entrada: 89 a 138 (115) 165 a 254 (220V)
- 2.3. Tensão de Saída 115V + 5% (em bateria) / + 6% - 10% (em rede)
- 2.4. Autonomia mínima de 40 minutos em carga de 400VA
- 2.5. Bateria Interna: 2 Bat 12Vdc / 7 Ah
- 2.6. Cabo de alimentação padrão NBR 14136:2002

#### **3. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO NOBREAK**

- 3.1. Nobreak interativo e regulação on-line
- 3.2. Freqüência de Entrada 60Hz + 5
- 3.3. Freqüência de saída 60Hz + 1% (modo bateria)
- 3.4. Rendimento de 95 % (modo rede) 85% (modo bateria)
- 3.5. Microprocessado (microprocessador RISC de alta velocidade, integrando diversas funções periféricas aumentando a confiabilidade e o desempenho do circuito eletrônico).
- 3.6. Protetor para internet linha telefônica /Fax (padrão RJ-11 – imprescindível acompanhar cabo telefônico)
- 3.7. Conector do tipo engate rápido, para expansão de autonomia.
- 3.8. Estabilizador interno com 4 estágios de regulação com função TRUE RMS, permite uma melhor regulação de tensão de saída, pois o circuito leva em consideração as distorções harmônicas existentes na rede elétrica.
- 3.9. Self Funcional Test : testa todos os circuitos do Nobreak, inclusive as baterias
- 3.10. Battery Saver: evita o consumo desnecessário e prolonga a vida útil das baterias
- 3.11. Filtro de linha interno (modo comum e diferencial)
- 3.12. Recarregador "Strong Charger", que permite a recarga das baterias mesmo com níveis muito baixos de carga
- 3.13. Inversor sincronizado com a rede (sistema PLL)
- 3.14. Forma de onda SENOIDAL POR APROXIMACAO (Retangular PWM - controle de largura e amplitude)
- 3.15. Permite ser ligado na ausência de rede elétrica (DC START)
- 3.16. Leds que indicam as condições (status) do nobreak: modo rede, modo inversor/bateria, final de autonomia, subtensão, sobretensão, baterias em carga;
- 3.17. Chave MUTE (inibidor de alarme sonoro)
- 3.18. Energia de surto 276J
- 3.19. 5 tomadas de saída + 4 tomadas na extensão padrão NBR 14136:2002
- 3.20. Possuir funções para internet com envio de torpedos e e-mail, caso a carga a ser alimentada perca a conexão com a internet;
- 3.21. Possibilitar o monitoramento remoto do ambiente e alarme antiintrusão (gratuitamente).



#### **4. PROTEÇÕES:**

- 4.1. Curto-circuito no inversor;
- 4.2. Surtos de tensão entre fase e neutro
- 4.3. Sub/sobretensão da rede elétrica. Na ocorrência destas, o nobreak passa operar em modo bateria;
- 4.4. Sobreaquecimento no inversor e no transformador;
- 4.5. Potencia excedida com alarme e posterior desligamento;
- 4.6. Descargas elétricas na linha (previne queima de modem, multifuncionais e fax);
- 4.7. Descarga total das baterias

#### **5. ATENDIMENTO, SUPORTE E GARANTIA**

- 5.1. A garantia exigida para os no-breaks será de 12 (doze) meses;
- 5.2. A garantia dos produtos devera ser fornecida diretamente pelo fabricante;
- 5.3. Os chamados para resolução de problemas deverão ser abertos diretamente no fabricante e gerenciados pelo mesmo, através de numero telefônico, fornecendo neste momento o numero, data e hora de abertura do chamado;
- 5.4. O fabricante devera prestar diretamente ou através de suas assistências técnicas autorizadas os serviços de manutenção dos equipamentos e suporte técnico durante o período de garantia;
- 5.5. A garantia técnica devera abranger a manutenção corretiva com a cobertura de todo e qualquer defeito apresentado, inclusive substituição de pecas, partes, componentes de acessórios, sem representar qualquer ônus para a contratante durante o período de vigência do contrato.

#### **5. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

##### **5.1. O CONTRATANTE se compromete a:**

- a) nomear representante para acompanhar, fiscalizar, certificar-se da conformidade do objeto a ser executado pela CONTRATADA, nos aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as irregularidades detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas, conforme cada caso específico ensejar.
- b) efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo ora estabelecido;
- c) expedir as comunicações dirigidas à CONTRATADA e exigir, a qualquer tempo, que seja refeito qualquer serviço que julgar insuficientes, inadequados ou em desconformidade com o solicitado.

#### **6. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1.** Para o fiel cumprimento deste ajuste a **CONTRATADA** obriga-se a executar os serviços de acordo com as quantidades, descrições e critérios estabelecidos pela **CONTRATANTE**, após a outorga do contrato pela Procuradora do Estado Chefe da Advocacia Setorial da SSPJ e mediante requisição e/ou ordem de serviço emitida pelo setor requisitante e/ou gestor do contrato, obrigando-se ainda:

- a) manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na contratação;



- b) manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a **CONTRATANTE**;
- c) responsabilizar-se pelo pagamento dos salários, encargos sociais, trabalhistas e fiscais de todos os funcionários envolvidos na execução do objeto;
- d) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados na prestação dos serviços e ainda primar pela qualidade dos mesmos;
- e) refazer o objeto executado e aceito, comprovada a existência de incorreções e defeitos, cuja verificação somente venha a se dar quando de sua utilização;
- f) garantia de funcionamento e suporte técnico do Hardware (CPU, monitor, mouse e teclado) pelo período de 36 (trinta e seis) meses, a partir do recebimento definitivo dos equipamentos (microcomputadores);
- g) a garantia deve ser prestada por rede de assistência técnica credenciada pelo fabricante do microcomputador;
- h) o atendimento para a assistência técnica será em horário comercial, de segunda a sexta-feira, ON-SITE, em Goiânia (microcomputadores);
- i) o Tempo para atendimento dos chamados deverá ser de, no máximo, 48 horas e o tempo para a solução do problema, no máximo, 72 horas (lotes 001 e 002);
- j) considera-se prazo para solução do problema o período compreendido entre o horário de comunicação do chamado de suporte técnico feito pela Contratante e o término da solução, quando do Hardware estiver em condições normais de operação (microcomputadores).
- K) o Fabricante deve dispor de número de telefone 0800 para a abertura de chamados (microcomputadores).
- l) os equipamentos (nobreaks) proposto deverá possuir garantia de 12 (doze) meses. Assistência técnica autorizada localizada na cidade de Goiânia/GO.
- m) executar o objeto do presente instrumento contratual em conformidade com as especificações;
- n) aceitar, nas mesmas condições contratuais constantes do presente instrumento, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco) por cento do valor inicial atualizado.

## 7. CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

**7.1. DO PRAZO:** O presente Contrato terá vigência de 36 (trinta e seis) meses (microcomputadores) e 12 (doze) meses (nobreaks), contados a partir de sua outorga pela Procuradora Chefe da Advocacia Setorial da SSPJ e eficácia a partir de sua publicação, podendo ser alterado ou rescindido nos termos da legislação vigente, mediante aditamento contratual.

## 8. CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS

**8.1. DOS RECURSOS:** Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato, para o presente exercício, encontram-se previstos conforme a seguinte classificação de funcional-programática.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA		
DESCRIÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
Exercício	2012	
Unidade Orçamentária	2950	Fundo Estadual de Segurança Pública
Função	06	Segurança Pública.
Sub-função	181	Policimento
Programa	1072	Programa de Modernização e Integração das Unidades de



		Segurança Pública
Ação	2363	Aparelhamento e Estruturação Administrativa para Segurança Pública Integral
Grupo de Despesa	04	Investimento.
Fonte de Recurso	20	Recursos Diretamente Arrecadados

Conforme Nota(s) de Empenho(s) Estimativo(s) nº(s) \_\_\_\_\_ no(s) valor(es) de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_), datado(s) de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## 9. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

**9.1. DO PREÇO:** O **CONTRATANTE** pagará após o atesto devido na nota fiscal/fatura, o valor unitário de R\$ XXXX (XXXXX), totalizando o valor de R\$ XXXXX (XXXXXXXX).

**9.1.1. PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os preços são fixos e irrevogáveis pelo período de **36 (trinta e seis meses)** meses para os microcomputadores e notebooks e **12 (doze) meses** para os estabilizadores, mouses, teclados, fontes de alimentação e filtros de linha contados da outorga do Contrato, incluso todos os custos necessários ao cumprimento integral do objeto contratado, conforme artigo 2º, § 1º, da Lei Federal nº. 10.192/2001.

**9.2. DA FORMA DE PAGAMENTO:** A **CONTRATADA** deverá protocolar junto a **CONTRATANTE** Nota Fiscal/Fatura, solicitando seu pagamento, o qual será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da data de sua protocolização. A Nota Fiscal/Fatura tem que estar devidamente atestada pelo responsável (área requisitante e/ou gestor do contrato), instrumento indispensável para o processamento das faturas mensais.

**9.2.1.** Para efetivação do pagamento, a contratada deverá apresentar, além da correspondente Nota Fiscal/Fatura, manter todas as condições de habilitação exigidas pela Lei.

**9.2.2.** Caso a **CONTRATADA** não cumpra o disposto nos dois itens acima, a **CONTRATANTE** não efetuará o pagamento, não incorrendo em qualquer cominação por atraso de pagamento até a regularização do contratado.

**9.2.3.** Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto perdurar pendência em relação à parcela correspondente aos serviços prestados ou em virtude de penalidade ou inadimplência.

**9.2.4.** Nos preços estipulados estão incluídos todos os custos referentes à perfeita execução deste objeto tais como: materiais, equipamentos, utensílios, fretes, seguros, impostos e taxas, encargos fiscais, trabalhistas, leis sociais, previdenciárias, de segurança do trabalho ou quaisquer outros custos incidentes diretos ou indiretos, mesmo não especificados e que sejam necessários à execução da prestação dos serviços, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esses ou qualquer outro título.

**9.2.5.** Sobre os valores das faturas não quitadas na data de seus respectivos vencimentos, incidirá juros simples de 0,5% (meio por cento) a.m., "pro rata die", desde que solicitado pela CONTRATADA.

## 10. CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR DO CONTRATO

**10.1. DO VALOR CONTRATUAL:** O valor total deste contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

## 11. CLÁUSULA NONA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS



**11.1.** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

**11.2.** Constituem motivo para rescisão do contrato:

- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI - a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;
- IX - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- X - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- XIII - a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta Lei;
- XIV - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- XV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- XVI - a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- XVII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- XVIII – descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. [\(Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999\)](#)

**11.3.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**11.4.** A rescisão do contrato poderá ser, conforme art. 79 da Lei 8.666/93:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da LLC;
- II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III - judicial, nos termos da legislação;



**11.5.** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**11.6.** Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo anterior, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

- I - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- II - pagamento do custo da desmobilização (se for o caso).

**11.7. A CONTRATANTE** poderá, no caso de recuperação judicial, manter o contrato, podendo assumir o controle direto de determinadas atividade e serviços essenciais.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1. DAS PENALIDADES:** Sem prejuízo de outras medidas e em conformidade com a legislação, aplicar-se à CONTRATADA pela inexecução total ou parcial do Contrato, as seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

- a) advertência;
- b) multa, na forma prevista neste contrato;
- c) impedimento de contratar com a Administração pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

**12.2.** Constitui ilícito administrativo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a prática dos atos previstos nos arts. 81 a 85 e 89 a 99 da Lei federal n.º 8666/93.

**12.3. DA MULTA:** A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA, além das penalidades acima, a multa de mora, na forma prevista neste contrato, e de acordo com que cada caso ensejar, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- a) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
- b) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;
- c) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido, por cada dia subsequente ao trigésimo.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

**13.1.** A fiscalização e execução do contrato serão acompanhadas pelo servidor \_\_\_\_\_, nomeado pela Portaria nº \_\_\_\_\_.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**



**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**



**14.1.** A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da comarca de Goiânia, Estado de Goiás, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste contrato, constituindo assim, o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**14.2.** E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

Dr<sup>a</sup>. Bárbara Marcelle Lúcia Duarte Gigonzac  
**Procuradora do Estado Chefe da Advocacia Setorial da SSPJ**

João Furtado de Mendonça Neto  
**Secretário da Segurança Pública**

**Contratada ou Representante da Contratada**